



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 194 • Novembro | Dezembro | Janeiro • 2018/2019

10 CNP

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

O (IM)PERTINENTE COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA NA RESISTÊNCIA AO ESTADO DE EXCEÇÃO E NAS REDES DE RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

**PARTICIPE! SUAS PRÁTICAS E
SABERES SÃO FUNDAMENTAIS.**

6 **QUESTÕES ÉTICAS**
Regulamentação da
terapia online

8 **MATÉRIA ESPECIAL**
O papel da identidade branca na
desigualdade racial

22 **PSICOLOGIA E COTIDIANO**
A dimensão subjetiva do ódio
no Brasil

**ORIENTAÇÃO | TEMPO DE ATENDIMENTO**

Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP explica os critérios para definir a duração de um atendimento psicológico.

QUESTÕES ÉTICAS | TERAPIA ONLINE

Resolução CFP 11/2018 atualiza as normas para a psicoterapia mediada por tecnologias e traz à tona discussão sobre os cuidados necessários ao uso desse recurso.

MATÉRIA ESPECIAL | BRANQUITUDE

Os mecanismos pelos quais se mantêm os privilégios em torno de uma identidade racial branca no Brasil.

PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | NEON CUNHA

Mulher negra, transgênera e ameríndia conta sua trajetória e como recusou a se curvar ao aval médico para se dizer mulher.

CAPA | X COREP

A Psicologia brasileira se organiza, por meio de eventos preparatórios, pré-congressos, congressos regionais e nacional, para definir suas diretrizes.

ARTIGO | CONTRIBUIÇÕES DE FRANTZ FANON

O professor Deivison Faustino destaca aspectos fundantes das reflexões deste psicanalista, revolucionário e grande pensador do século 20.

PSICOLOGIA E COTIDIANO | DIMENSÃO SUBJETIVA DO ÓDIO

No que constitui o aumento da intolerância e do ódio que marcam a eleição de Jair Bolsonaro e o explosivo acirramento político no Brasil?

PENALIDADES**HISTÓRIA E MEMÓRIA | MIGRAÇÃO E REFÚGIO**

Em entrevista a supervisora do Grupo Veredas, Ana Gebrim, costura a relação entre a Psicologia e as populações migrantes no país.

UM DIA NA VIDA | PSICOLOGIA E DEFICIÊNCIA

Um pouco da vida do psicólogo Fabiano Esperança, que trabalha no Ministério Público e tem deficiência visual total.

ESTANTE | MURAL

Acompanhando o tema da Matéria Especial, essa seção divulga os mais novos lançamentos sobre branquitude e o combate às desigualdades raciais.

4

6

8

13

16

20

22

25

26

28

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria**Presidenta** | Luciana Stoppa dos Santos**Vice-presidenta** | Maria Rozinetti Gonçalves**Secretária** | Suely Castaldi Ortiz da Silva**Tesoureiro** | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira**Conselheiras/os**

Aristeu Bertelli da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima

Realização**Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau**Direção de arte** Sergio Rossi**Capa** Sergio Rossi / foto arquivo CRP SP**Revisão** CRP SP**Impressão** Pigma Gráfica**Tiragem** 103.600 exemplares**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 / fax (11) 3061-0306

E-mails**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte**

tel. (12) 3631-1315



PARTICIPE DO 10º COREP E 10º CNP

A democracia é uma conquista que exige participação constante e ações contínuas de retroalimentação para que cada vez mais corresponda aos interesses da população. O momento presente é preocupante pelos riscos que se anunciam à democracia brasileira com desdobramento nos âmbitos sociais como o aprofundamento das desigualdades, os processos de exclusão, violência, opressão, além dos discursos de ódio e intolerância. As diversas formas de injustiças, desigualdades, preconceitos e violências causam sofrimento aos indivíduos, convocando a Psicologia a oferecer estratégias de resistência e de defesa do Estado Democrático de Direito.

O 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) acontece em um contexto no qual observamos a fragilização das instituições e a ameaça de retrocessos no campo dos direitos sociais refletindo diretamente nas relações pessoais e afetivas. É nessa conjuntura, portanto, que emerge o debate sobre **“O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”**, tema do 10º CNP que orientará as discussões a fim de aprofundar a compreensão e estimular a elaboração de estratégias de ações individuais e coletivas da Psicologia no presente cenário social e histórico brasileiro.

É a partir do compromisso da Psicologia com o enfrentamento das desigualdades e de seu empenho permanente na reflexão e intervenção na realidade em busca da transformação social, que convidamos todas/os psicólogas/os a participarem do processo que culmina na realização do 10º Congresso Regional de Psicologia (COREP) e 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Estes são espaços que vêm se consolidando como possibilidades de construção de um projeto ético e político para a Psicologia.

Desde sua primeira edição, os temas do Congresso são definidos em debates articulando o exercício da profissão com as questões sociais, políticas e éticas do país. Portanto, para que o 10º CNP se consolide cada vez mais como um espaço representativo e deliberativo da categoria, é necessário o envolvimento de todas/os as/os psicólogas/os brasileiras/os.

Os eventos preparatórios acontecem de outubro de 2018 a março de 2019. Assim, convocamos ampla mobilização das/os psicólogas/os para as discussões de base, encontros temáticos, mesas redondas, debates online e outros, com o objetivo de favorecer a organização da categoria para o levantamento de questões e elaboração de propostas a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos. O 10º COREP se realizará em São Paulo nos dias 5, 6 e 7 de abril de 2019 e o 10º CNP acontecerá em Brasília de 30 de maio a 2 de junho de 2019.

Informe-se e contribua com propostas. A diversidade de psicólogas/os é fundamental para a produção de bons debates! Suas práticas cotidianas, seus saberes e suas propostas são importantes para a elaboração de diretrizes prioritárias do projeto ético-político da Psicologia brasileira. Afinal a democracia se constrói por meio de debates, com a possibilidade de discordâncias, negociações e produção de consensos.

Participe das etapas preparatórias do 10º COREP e do 10º CNP. Esses são espaços democráticos conquistados pela categoria, construídos sob o patamar dos direitos humanos e orientados para a transformação social, no qual reafirmamos nosso compromisso com a sociedade e nos posicionamos contra as injustiças sociais e a favor dos princípios éticos e técnicos da profissão.

**XV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



COMO DEFINIR O TEMPO DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO?

A duração do atendimento deve ser pautada pela fundamentação teórica e técnica da/o profissional, nunca por exigência da instituição, demanda excessiva ou remuneração

Uma dúvida comum sobre o trabalho da/o psicóloga/o se refere ao tempo mínimo de duração de um atendimento psicológico em psicoterapia. Essa questão surge no contexto de atendimentos realizados em instituições públicas, consultórios particulares e, principalmente, em serviços ligados a operadoras de convênios e planos de saúde.

A regulamentação profissional não define especificamente o tempo de duração de um atendimento, pois isso dependerá da natureza do serviço que será prestado. Desse modo, não cabe ao Sistema Conselhos determinar o tempo da sessão de psicoterapia, tampouco de outros serviços prestados por psicólogas/os, tendo em vista a pluralidade de atividades possíveis e referenciais teóricos existentes.

Diante do exposto, o que deve definir o tempo ou mesmo a quantidade de sessões a serem realizadas para um determinado serviço é a fundamentação



teórico-técnica adotada pela/o psicóloga/o, bem como o tipo de trabalho realizado e as necessidades da pessoa atendida.

É importante ressaltar que a/o psicóloga/o não deve diminuir o tempo do atendimento no intuito de dar conta da demanda de trabalho. Nesse sentido, o Conselho orienta que quando a/o psicóloga/o recebe da instituição onde trabalha a exigência de realizar uma demanda grande de atendimentos num tempo reduzido, ela/e argumente com base nos princípios que regem a profissão de psicóloga/o, buscando propor outras intervenções que não interfiram na qualidade dos serviços prestados e atendam a demanda proposta. Em caso de incompatibilidade, cabe à/o profissional recusar-se a prestar serviços, conforme normatizado no Art. 3º do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o:

Art. 3º - O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Em serviços conveniados a operadores de saúde, orientamos que a/o psicóloga/o não solicite ao/à usuário/a que assine por dois atendimentos nas guias do convênio quando realizar um único atendimento.

Além disso, a/o psicóloga/o não deve definir a duração de um atendimento com base na remuneração recebida, conforme dispõe o Código de Ética no artigo 4º alínea "c":

Art. 4º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:(...)

c. Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Assim, a redução do tempo de atendimento devido ao pagamento de honorários considerados baixos poderá ser considerada falta ética.

Outra questão observada é que algumas/ns profissionais tentam justificar a redução do tempo de atendimento alegando tratar-se de uma psicoterapia breve.

Entretanto, ressaltamos que a psicoterapia breve não propõe a redução do tempo das sessões, tratando-se de uma modalidade de atendimento que vai além do número de encontros e que necessita de um embasamento teórico e técnico. Reduzir o tempo dos atendimentos com essa justificativa, mais uma vez, pode implicar na diminuição da qualidade do serviço prestado.

O exercício profissional em Psicologia requer que a/o psicóloga/o tenha ciência de sua responsabilidade sobre os serviços prestados, inclusive, na tomada de decisão. Por isso, deve ter ampla liberdade, na prática, no que se refere à característica da atividade a que se propõe, devendo ser capaz de determinar suas condições de trabalho antes do início deste como, por exemplo, tempo, local apropriado, metodologia e técnicas, visando a prestação de serviços de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas, conforme disciplinado no Art. 1º, alínea "c" do Código de Ética:

Das Responsabilidades do Psicólogo

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos: (...)

c. Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

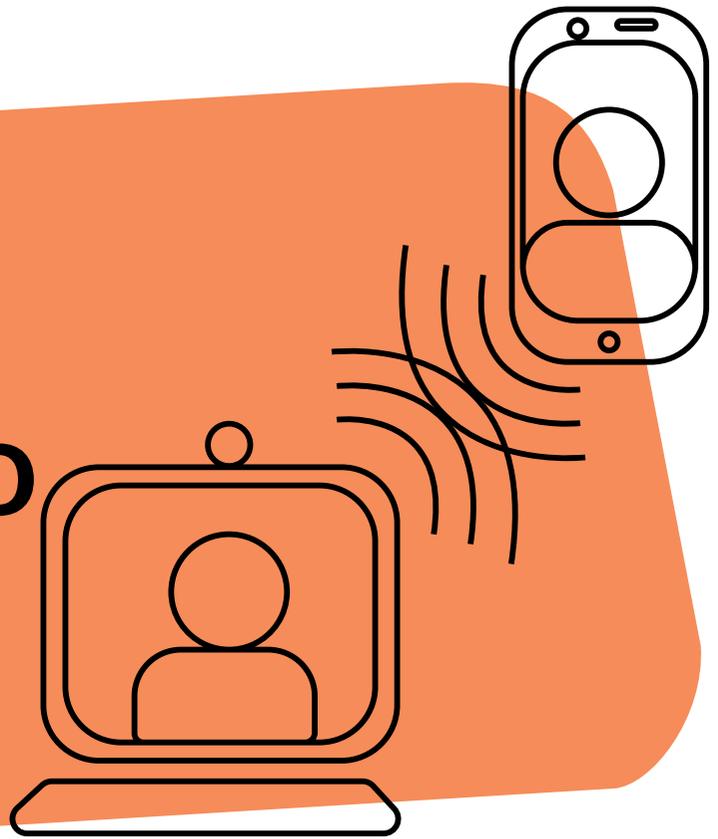
Assim, ressaltamos que, de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, toda pessoa tem direito ao atendimento adequado, no tempo certo, com a devida qualidade e com garantia de continuidade do trabalho.

Por fim, informamos que, diante de irregularidades, é possível realizar denúncia aos órgãos competentes como, por exemplo, à Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, PROCON (nº para contato: 151); à Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS (**0800-7019656**); e, tratando-se do exercício profissional da Psicologia em São Paulo, ao CRP-SP.

Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia da 6.ª Região



RESOLUÇÃO QUE ATUALIZA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ONLINE ENTRA EM VIGOR



Adequações na normatização da terapia mediada por tecnologias traz à tona os avanços nos recursos, os cuidados necessários e o futuro da prática em Psicologia

Nova norma publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, atualizando o atendimento psicológico online, começou a vigorar em novembro. Orientações online já eram permitidas na profissão desde 2012, mas a modalidade estava limitada a um atendimento máximo de 20 sessões e com objetivo específico. A Resolução CFP 11/2018 amplia as possibilidades de serviços de Psicologia. Agora as/os psicólogas/os terão de fazer um cadastro nacional individual – a ser atualizado anualmente – para serem autorizadas/os a trabalhar no âmbito virtual.

“A responsabilidade técnica e ética sobre o serviço prestado é da/o profissional, que deverá avaliar se o atendimento por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), atende a demanda com a qualidade técnica e metodológica necessária para cada caso”, apresenta a psicóloga Rosane Granzotto, do CFP.

A doutora em psicologia clínica e psicanalista Cláudia Catão atende em consultório presencial desde 2000 e há 12 anos oferece também atendimentos online. Em sua maioria, seus pacientes atendidos à distância moram fora do Brasil ou em regiões interioranas. Coordenadora do Curso de Capacitação em Práticas Clínicas por Tecnologias da Casa dos Insights, Catão desenvolveu o Consultório Virtual Seguro, um ambiente criptografado exclusivo para atendimentos clínicos dessa modalidade.

Para Catão, a nova resolução “regula corajosamente as práticas clínicas mediadas por tecnologias. É uma portaria bem escrita que inclui o Marco Civil da Internet, chama a atenção do profissional quanto à segurança e evita ser proibitiva”. Catão acredita ser importante uma instrução normativa que complemente a portaria: “um guia de boas práticas que chame atenção a todos os aspectos que precisam ser seguidos”, aponta.

“É precarizante para a nossa prática usarmos recursos de áudio e vídeo de baixa qualidade e não é cabível usarmos ferramentas inseguras como o Skype, que exige que a gente autorize a gravação de trechos da conversa e o uso de dados”, alerta Catão. Partindo do pressuposto de um ambiente seguro e de acordo com a normativa, é fundamental que a/o psicóloga/o avalie se sua/seu paciente tem um motivo relevante para que o atendimento seja oferecido na modalidade online.

A psicóloga Ivelise Fortim, integrante do Janus – Laboratório de Estudos de Psicologia e Tecnologias da Informação e Comunicação da PUC-SP, também vê a nova resolução como um avanço e chama a atenção para o fato de que atendimentos presenciais e online não podem ser vistos como iguais. “Quando eu estou em consultório tenho uma confiança razoável em relação à manutenção do sigilo tanto da minha parte quanto da parte do meu paciente. Em atendimentos online o que tenho percebido é uma dificuldade de fazer o paciente manter o ambiente do sigilo”, comenta, exemplificando com a dificuldade de pacientes estarem em um lugar sem a interferência de outras pessoas.

Cláudia Catão também destaca a importância de não considerar práticas online e presenciais como iguais. “Não só a movimento do corpo e a forma como o paciente gesticula, mas há uma dimensão de captação que é perdida”, descreve, ao ressaltar que o contato humano no mesmo espaço físico deve sempre ser priorizado. “Não há uma igualdade entre as duas práticas. Nem uma superioridade versus inferioridade. Há especificidade de uma e de outra”, salienta.

Formação

Disciplinas sobre o mundo digital, a segurança na internet, o sigilo de informação e, em seguida, mais especificamente sobre o atendimento psicológico online e suas implicações, na opinião de Fortim, são temas fundamentais para a adequação da graduação em Psicologia. “Existem aspectos técnicos das novas tecnologias que as pessoas desconhecem e isso tem implicações graves no atendimento. Por exemplo, nenhum registro que você faz na internet é possível de ser apagado”, alega.

“Nossa, não vejo a hora de me formar, porque vou pegar meu computador e atender lá do meu quarto, não vou nem precisar alugar um consultório”. Frases como essa, relata Cláudia Catão, têm sido preocupantemente frequentes entre graduandos em Psicologia. A experiência na prática clínica presencial, para ela, deve anteceder e embasar qualquer atendimento psicológico mediado por tecnologia.

“De duas uma: ou a gente muda o currículo de formação em Psicologia e a pessoa termina licenciada, mas só pode se transformar em clínica depois de fazer especializações; ou vamos limitar que um profissional recém-formado sem especialidade possa

oferecer atendimento online”, defende Catão, para quem é fundamental que essa questão seja também normatizada.

Situações em que o atendimento online é vetado

Visando a segurança emocional em casos extremos, a Resolução CFP 11/2018 elenca situações em que a terapia mediada por tecnologias não pode ser usada. “São os casos de urgências, emergências e desastres e casos de violência e violação de direitos humanos”, reitera Granzotto. “Caso a/o psicóloga/o receba esta solicitação via online, ela/ele deverá encaminhar para a rede de atendimento presencial mais próxima ao local onde a/o usuária/o se encontrar”, orienta.

A falta de restrição ao atendimento psicológico online oferecido à crianças, no entanto, é visto com preocupação por Fortim e Catão. A falta do set lúdico, a dificuldade da manutenção do sigilo com a criança e a limitação dos recursos expressivos e interativos são elencados por Ivelise ao propor que “o atendimento online para crianças não é indicado”.

“Nem tudo o que nós podemos, nos convêm”, salienta Cláudia Catão. “Temos uma estrutura social – ao menos no contexto paulista – em que o pai e a mãe ficam bastante ausentes de casa trabalhando”, caracteriza, complementando o cenário com o fato da criança estar normalmente rodeada de tecnologia. “Já sabemos que por uso excessivo de tecnologia as nossas crianças estão extremamente ansiosas, com dificuldades de comportamento, intolerância à negativa. A realidade é que as crianças estão muito sós”, constata. Nesse contexto, afirma Catão, “o atendimento presencial passa a ser extremamente relevante”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera atendimentos psicológicos online como fundamentais para reduzir a desigualdade de acesso na atenção à saúde mental no mundo. “A tecnologia é uma questão chave e veio para ficar”, resume Catão: “Não tem como a gente voltar para o passado. Mas há como a gente pensar no futuro”. O uso responsável da tecnologia associado ao exercício da profissão é fundamental para “a construção da credibilidade, para dar sustentação à nossa prática e para que no futuro a gente não tenha se precarizado a ponto de que máquinas possam nos substituir numa atividade que é prioritariamente humana”, observa.



O PAPEL DA BRANQUITUDE NAS DESIGUALDADES RACIAIS

Num país em que o abismo racial é tão grande, por quais mecanismos se mantêm os privilégios em torno de uma identidade branca? E como transformá-los?

"Ao ligar a TV, ler uma revista ou assistir um filme, as pessoas que vejo retratadas têm a mesma cor de pele que eu". "Posso emitir minha opinião sobre diversos assuntos sem me preocupar com a possibilidade de ser vista como uma representante de toda a minha raça". "Eu não me preocupo quando passo por um bloqueio policial, pois sei que não tenho o perfil que os policiais automaticamente consideram suspeito". "Eu não preciso pensar no que significa para mim e para a minha família a estatística de que 77% das vítimas de assassinato no Brasil são negras". "Posso me dar ao luxo de me afastar da discussão sobre o racismo quando ela fica desconfortável demais". As frases compõem o texto *25 privilégios que brancos usufruem só por serem brancos*, escrito pela blogueira, branca, Lara Vascounto: são exemplos de como a branquitude se manifesta na nossa sociedade.

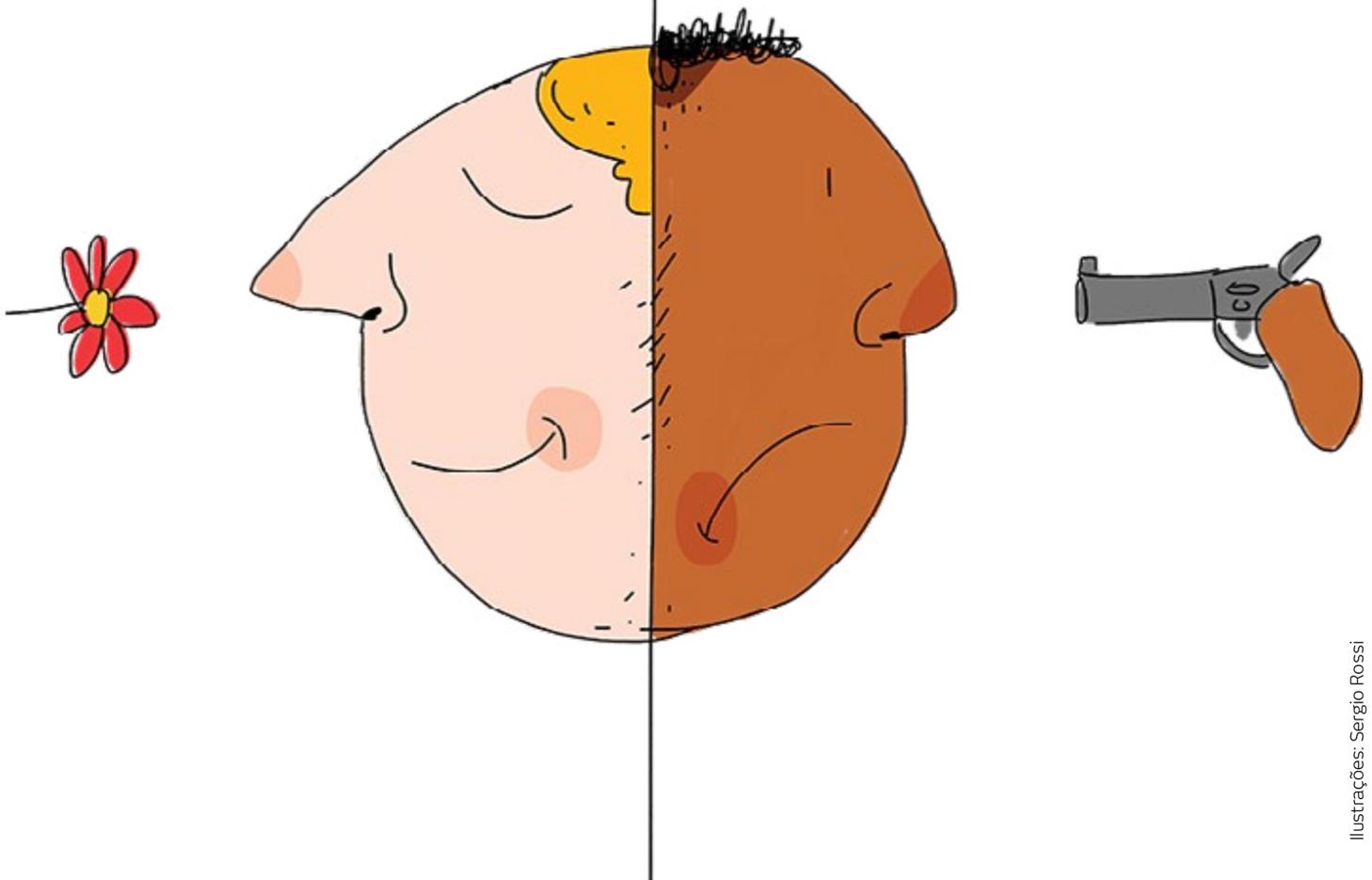
Nas últimas décadas as reflexões sobre o papel da/o branca/o nas relações de desigualdades raciais

têm ganhado peso. Ainda que uma série de produções pioneiras mundo afora já problematizassem a identidade racial branca (como fizeram, por exemplo, os pensadores e ativistas negros Du Bois na década de 1930 e Frantz Fanon na de 1950), é a partir dos anos 1990 que os chamados estudos críticos da branquitude se tornam referência, principalmente nos Estados Unidos. No Brasil, o debate ganha peso a partir dos anos 2000.

Branquitude pode ser entendida, portanto, como uma posição ocupada por sujeitos no topo da hierarquia racial. Posição que – construída por uma confluência de eventos históricos e políticos – é ocupada por pessoas que são brancas não só no fenótipo, mas na forma como são sistematicamente privilegiadas no acesso a recursos materiais e simbólicos.

Os pactos narcísicos

Para a coordenadora executiva do Centro de Estudos das relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT),



Ilustrações: Sergio Rossi

psicóloga, negra, Cida Bento, a branquitude funciona como uma guardiã silenciosa de privilégios. No artigo *Branqueamento e branquitude no Brasil* publicado no livro *Psicologia social do Racismo*, Bento discorre sobre a existência de uma espécie de pacto, “um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil”.

Assim, Cida Bento argumenta que as pessoas brancas agem por esse mecanismo que ela chama de pactos narcísicos: alianças inconscientes que se caracterizam, entre outros aspectos, pela ambiguidade, por encarar a desigualdade racial como um problema da/o negra/o, pelo silenciamento, pela possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude.

“A pessoa tem amigos negros, mas se tem um jantar na casa da avó que é racista, convida só os amigos brancos. Ela poupa o racista da família em detrimento da presença das pessoas negras, opta

por não comprar isso dentro do seu grupo social. Isso é um pacto”, exemplifica a pesquisadora, branca, psicóloga Lia Vainer Schucman.

Citando a socióloga britânica, branca, Ruth Frankenberg, Lia Vainer diz que a branquitude é um lugar confortável onde a pessoa branca olha os outros através de uma lente que não usa para olhar a si mesma. “Essa lente é a raça. Os brancos costumam falar ‘os negros’, ‘os indígenas’, mas quando alguém fala ‘os brancos’, eles dizem para não generalizar. O branco é visto como indivíduo enquanto os outros como pertencentes a um grupo social e racial”.

Mecanismos subjetivos que constituem a branquitude

Ao ministrar cursos para o movimento sindical, Cida Bento relata, no mesmo artigo, como se deu conta de que muitas/os brancas/os progressistas, ainda que lutem contra as opressões, mantêm seus grupos protegidos de avaliações. Reconhecem a

existência da desigualdade racial, mas a percebem como se fosse um legado inerte da escravidão, “no qual os brancos parecem ter estado ausentes”. Este é, para Bento, um dos primeiros sintomas da branquitude.

Na perspectiva do historiador, negro, sociólogo Lourenço Cardoso, é fundamental perceber que o racismo não é apenas uma herança, mas algo que se reproduz cotidianamente. “A mentalidade colonial e escravista mostra-se ainda presente e persistente. O branco do tempo presente, assim como o do passado, possui vantagem racial por ser branco. O passado deve nos servir para colaborar com a ruptura desta hierarquia, não para a fuga das responsabilidades”, contesta.

Cida Bento destaca, então, dois processos subjetivos que constituem a branquitude. O primeiro diz respeito a ter a si próprio como modelo. O segundo a projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir. “São processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção”, expõe. “No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar e legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro”, descreve Bento.

“Raça é uma categoria social que produz subjetividade. No caso dos brancos, raça é uma ideia de que o fenótipo tem uma continuidade moral, intelectual e estética. Concepção que carrega uma ideia de civilização”, afirma Lia Vainer, autora do livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo – branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo* (fruto de seu doutorado). “Na prática, as pessoas brancas num país como o nosso constroem uma subjetividade que faz com que se sintam superiores. Não é necessariamente tão explícito quanto aderir à Ku Klux Klan. A pessoa branca de olho azul se acha mais bonita porque ela ouviu isso desde pequena”, ilustra.

A pedagogia da branquitude

Cintia Cardoso é pesquisadora, negra, integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, professora da Rede Municipal e tem se dedicado, no mestrado em Educação na UFPR, ao estudo da branquitude na educação infantil. “Desde a infância as crianças se constituem

acreditando num modelo hegemônico de ser humano do qual se atrela valores positivos aos que pertencem a este grupo e valores negativos aos que não se enquadram nele”, atesta Cintia. “Nos brinquedos, e especialmente nas bonecas e bonecos, se constata a expressão da branquitude”, exemplifica.

“Com isso as crianças brancas apreendem esse lugar hierárquico nas relações raciais. Em contrapartida as crianças negras aprendem a se rejeitar a partir do olhar branco da professora e das crianças brancas”, nota Cintia. “Estamos diante de uma Pedagogia da branquitude”, enfatiza, ao dizer que observa, no cotidiano escolar, diferença de tratamento por parte dos adultos às crianças brancas e negras. “Essa pedagogia que se consolida nesses espaços reforça a violação dos direitos das crianças negras e a institucionalização da hegemonia do branco como padrão de civilidade e de beleza”.

A porta de vidro

A pessoa vem correndo, desavisada, e se choca com uma porta de vidro. A porta estava lá o tempo todo, mas a pessoa só se deu conta quando ali estatelou sua cara. A metáfora é usada pela psicóloga, branca, Edith Piza para descrever o impacto de quando uma pessoa branca percebe que ela também é racializada. A branquitude, nessa concepção, não se enxerga: é uma identidade não marcada, quase invisível.

A ideia da invisibilidade como uma característica da branquitude, no entanto, divide opiniões. Para Lourenço Cardoso, “o branco sempre se enxergou e se nomeou como ‘Eu’ ao mesmo tempo em que classificou o negro e todos os não-brancos como ‘Outro’”. “Desde os primeiros encontros dos europeus com os africanos e ameríndios houve uma delimitação em que portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães foram marcados ao se auto-definirem como brancos”, argumenta Cardoso no artigo *Retrato do branco racista e anti-racista*.

Branquitude crítica e acrítica

Lourenço Cardoso considera a existência de dois tipos de branquitude distintas e divergentes: a “branquitude crítica”, que desaprova o racismo publicamente, e a “branquitude acrítica”, que acredita que o branco é superior, merecedor de suas vantagens. Professor na Unilab (Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e um dos organizadores do livro *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*, Lourenço resume que quando propôs o conceito em 2008, “a ideia central era destacar que não estávamos pensando a identidade branca de extrema direita por causa da dificuldade metodológica de alcançar essas pessoas”.

Em tempos de ascensão das forças conservadoras no Brasil, a defesa aberta de uma suposta superioridade branca tem aparecido mais. “Atualmente, a internet começa a revelar a branquitude acrítica de forma mais recorrente”, observa Lourenço. “Muitos brancos motivados pelo suposto anonimato têm expressado os racismos antes escondidos, abriu-se ‘a caixa de Pandora’. Vivemos uma onda reacionária nesses últimos anos. Isto resulta em maiores possibilidades para estudar a branquitude acrítica, inclusive o seu desejo de poder”, analisa.

Meritocracia e relações raciais

Lia Vainer estava trabalhando na formação em Recursos Humanos de uma empresa que se ajustava para a incorporação de metas para a contratação de pessoas negras. Eram mais de 200 trabalhadoras/es participando do curso, todas/os brancas/os. Depois de bastante tempo, uma mulher levantou a mão. “Mas se a gente criar metas, as pessoas contratadas não vão se sentir mal de entrar aqui só porque são negras?”. E então Lia respondeu: “Mas vocês se sentem mal de terem entrado aqui só porque são brancos?”.

“As pessoas brancas alcançam lugares de poder, de alto escalão, e acham que foi puro mérito. Quando a gente responde que não foi só mérito, mas também foi a forma como funcionam nossas estruturas, elas entendem que a gente está falando que não teve esforço pessoal” argumenta Lia Vainer: “O que não é verdade. Mas para ter esforço pessoal, teve que ter oportunidade garantida. Essa que é a questão”.

As/os imigrantes no Brasil, que tiveram sua entrada incentivada e patrocinada pelo governo com um explícito objetivo de “embranquecimento” da população pós-abolição da escravidão, tiveram também uma série de privilégios. “Esses imigrantes chegaram aqui muito pobres e trabalharam duro. É verdade. Isso marcou a forma como se veem: muitos consideram que subiram na vida apenas por seu mérito”, descreve Lia: “Só que não percebem que somado ao mérito, a sua ascensão foi também favorecida pelo privilégio



da branquitude. Porque o trabalho deles gerou riqueza para eles. Enquanto o trabalho do negro no Brasil gerou riqueza para o branco”.

A ideia da minoria modelo

Laura Ueno é psicóloga, asiático-brasileira, pesquisadora de relações inter-raciais envolvendo amarelas/os. Ela conta que durante as mudanças geopolíticas envolvendo a modernização do Japão na segunda metade do século 20, “os asiáticos amarelos no Brasil tiveram ascensão à classe média, predominando a imagem da ‘minoria modelo’. Japoneses principalmente se tornam um grupo admirável, educado, esforçado, que tem condições de vida melhores que os outros grupos não brancos, considerados sem cultura”.

As consequências, apresenta Ueno, são múltiplas. A ideologia da minoria modelo continua moldando de maneira desigual as oportunidades que os grupos racializados disputam na sociedade. “Esses determinantes estruturais ficam ocultados e se culpa a própria população negra pelas condições socioculturais desfavoráveis”. Além disso provocar hostilidades e atrapalhar a solidariedade antirracista entre negras/os e asiáticas/os, causa também

ressentimentos entre subgrupos asiáticos que vivem no Brasil, por não serem vistos em suas singularidades. “São tratados simplesmente como se fossem todos ‘japas’”, destaca Ueno.

A maioria das pessoas com ascendência amarela no Brasil nasceu aqui e não sabe falar a língua de seus ancestrais, cuja cultura é inassimilável e distante. “Contudo, a ‘cultural oriental’ é pressuposta pelas marcas raciais. Desse modo, apesar da ascensão social desses grupos, o status de estrangeiro permanente os mantém numa vivência de deslocamento, não sendo permitido o pertencimento integral à brasilidade, que, em contraste, é concedido automaticamente aos descendentes de imigrantes brancos, mesmo aqueles com culturas bastante peculiares”.

“A ideia de meritocracia mascara sobretudo os privilégios estruturais e simbólicos da branquitude, que está no topo da hierarquia racial e impedindo por meio de sofisticados mecanismos institucionais a ascensão da população negra”, reforça Laura.

“Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”

“Há três esferas de relações de poder que desembocam em ações racistas entre brancos e negros”, expõe Ana Helena Passos, branca, doutora em Serviço Social e professora na Universidade Brasil. A primeira é a esfera estrutural, “que só poderá mudar com políticas afirmativas e ações na área das políticas sociais que entendam que o racismo opera junto com o capitalismo”. A segunda é o racismo institucional. “Nessa esfera de relações de poder nas instituições, é possível contratar pessoas negras, construir políticas internas nas empresas de combate ao racismo, fazer formações com os funcionários para entender as questões raciais”, elenca Ana Helena. E a terceira esfera é a interpessoal, do cotidiano.

Assim, ao pensar o que as pessoas brancas podem fazer frente à branquitude, Ana Helena defende a importância “do branco entender que é racializado e como tal, é partícipe das relações de poder e desigualdade, sendo a parte que recebe privilégios dessa relação”. A partir disso, completa, “tomar atitudes de rever essas relações, ter uma atitude vigilante de suas ações racistas e, inclusive, as dos outros”.

A ação antirracista por parte das pessoas brancas passa, de acordo com o artigo de Lourenço Cardoso, por “uma dedicação individual cotidiana e, depois, na

“Raça é uma categoria social que produz subjetividade. No caso dos brancos, raça é uma ideia de que o fenótipo tem uma continuidade moral, intelectual e estética”

Lia Vainer

insistência na crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo”. Mais imprescindível do que a supressão da raça, defende, “é a abolição da concepção de superioridade atribuída à ideia de raça”.

Nesse mesmo sentido, em seu novo livro *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*, Lia observa como no contexto familiar o afeto e o amor, por si só, não dão conta de abolir a hierarquia racial. A partir de estudos de caso, Vainer constata que além do amor, é necessário que as pessoas entrem em contato com seu próprio racismo. “Para ter uma sensibilidade antirracista, é preciso que a pessoa branca veja a raça. A ideia de que somos todos iguais não ajuda porque assim a pessoa legítima inconscientemente a hierarquia”, descreve. “É quase ambíguo: para poder não ver a raça, é preciso vê-la”.

Escuta empática e sincera, acreditar quando uma pessoa negra diz que sofreu racismo, valorizar o trabalho de pessoas negras, conversar sobre as relações raciais, interferir proativamente pela representatividade de referências e pessoas negras nos espaços que você compõe, incidir numa formação antirracista desde a infância, se posicionar contra a violência racista do Estado. São alguns exemplos de ações contra o abismo racial da nossa sociedade.

“Se quisermos mudar a sociedade”, defende Lourenço Cardoso, “temos que resgatar a ideia de revolução”. Fazendo referência à Angela Davis, Frantz Fanon e Clóvis Moura, Cardoso aponta a insuficiência de remendar a estrutura social: “temos que superar a sociedade em que vivemos”. O caminho, admite, parece inexecutável. “Mas isto não é razão para aceitarmos ‘o fim da História’, muito pelo contrário”, diz. “A proposta de promoção da igualdade racial encontra-se nessa base”, afirma Lourenço: “Somos sujeitos históricos. Temos a potencialidade para criar outra estrutura social, abolir o racismo e todas as formas de opressão”.

NEON CUNHA: "PRECISAMOS FALAR SOBRE UTOPIA"

**Mulher negra, ameríndia e transgênera
conversa sobre sua caminhada, seus
percebimentos e, mais que tudo, sobre liberdade.**

*Tudo vai mudar
Quando essa luz se acender
Você vai me conhecer
Vai me ver de um jeito que nunca viu
Tenho sede de som
Eu tenho fome de luz
Tenho a força, tenho o dom
Don't you know quem eu sou?
Remember my name*

Soul de Verão, Sandra de Sá

Essa história é sobre uma menina que nasce num sábado de céu cor-de-rosa alaranjado – “o céu de Ewá”, diz ela. Enquanto era gestada, a mãe falava que a filha seria “tão linda quanto as manequins”, seria sua companheira. No dia do parto, lhe entregam o bebê e dizem “É um menino. Não é a sua filha”.

Mas era.

A ativista transgênera, mulher, negra e ameríndia Neon Cunha ganhou as manchetes dos jornais, o assunto no STF (Supremo Tribunal Federal) e se tornou a primeira trans negra a falar presencialmente na OEA (Organização dos Estados Americanos). Por quê? Porque se recusou a se curvar ao patologizante aval médico para se dizer mulher.

Neon, designer e artista, entrou com uma ação judicial em 2016 para mudar seu nome de batismo, Neumir, e o sexo masculino que lhe foi atribuído. Até então, para isso a Justiça brasileira exigia o diagnóstico de “disforia de gênero”, transtorno descrito na Classificação Internacional das Doenças e Transtornos Mentais, em que a pessoa não se identifica com a genitália com que nasce. Mas Neon afirmou não ter disforia nenhuma e reivindicou as mudanças nos documentos sem diagnóstico médico. Se sua exigência fosse recusada, requisitava, então, o direito à morte assistida para o Estado brasileiro.

Médicos, psicanalistas, terapeutas, clínicas. Neon já passou por muitos, desde criança. Leu Freud, Lacan, Nise da Silveira. “Eu tenho propriedade”, expõe: “E sei que as pessoas não estão discutindo as opressões produzidas pela exclusão, elas estão discutindo uma regra cisgênera para normatizar a minha existência”. Ao pedir morte assistida, Neon deixou explícito: “Estou dizendo para esse povo que eu não quero esse corpo violado. Responsabilizo o Estado. As pessoas de todo o mundo vão saber que alguém pediu morte assistida porque não quer ser vítima da ausência de responsabilidade, não quer ser mais parte desse genocídio”.

Neon ganhou na justiça e mudou muito mais que seu nome: mudou a forma como, no Brasil, a decisão sobre a vida, o nome e a personalidade de cada pessoa, antes na mão da biologia, passa pela auto-definição de cada sujeito.

Entre os tantos consultórios que já passou, tem um que Neon frequenta há 18 anos. “A Norma é a psicanalista que cuida de mim, ela é super”. A sintonia com a terapeuta é exemplificada ao dizer que as duas leram *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes. “Todo mundo tem que ler esse livro, ainda mais as/os psicólogas/os, é sobre subjetividade, imersão na outra”, salienta. O fato é que com Norma a questão da transgeneridade não é a central. “Não é com isso que a gente se preocupa. Por isso que funciona tão bem. A gente se preocupa com os processos, com as condições”.

Infância?

Aos dois anos e meio de idade Neon se percebe e diz à sua mãe: “sou uma menina”. Aos três anos e meio, vai para a escola e nesse momento ela já sabia que era filha de uma faxineira. “Isso é importante para mim porque marca também o que eu sou de força, de

mulher preta. Saber de quem eu sou filha. Saber que essa mulher muitas vezes é subalternizada na luta por garantia de sobrevivência”. Sem creche disponível, a mãe de Neon negocia com a patroa a possibilidade da filha ir à escola antes do tempo.

Nesse momento é que começam as cobranças. “Se porte como um menino”. “Isso é muito interessante né? Uma criança não está questionando seu mundo, as suas percepções: é sempre a interação do outro que vai questionar a vivência dessa criança”, reflete Neon. Ao longo de seus processos de percebimento, passou por terreiros de umbanda, de candomblé, igrejas universais, católicas, até clínicas para “se curar”.

Um momento mágico na sua memória foi quando conseguiu alcançar o tanque e arear uma panela. E escutou de sua mãe: “Você fez como eu faço”. “Para mim aquilo foi o máximo”, sorri. “Nossa, maravilhoso, ser reconhecida naquela competência, de estar no lugar não das outras mulheres, mas de minha mãe, a maior mulher que eu conheci. Eu não brincava de boneca, não tive infância, com quatro anos eu cuidava de três abaixo de mim. Com doze comecei a trabalhar”.

Às vezes, explica, é preciso ser invisível. Enquanto mulher trans, Neon percebe o benefício da passabilidade. “Com você dá pra ir no shopping porque você nem parece que é trans”, já teve de escutar. “Quantas vezes o ser invisível me permite estar ali, inclusive estudando quem me odeia, decifrando que ódio é esse?”, aponta. “Porque, de verdade, as pessoas não te querem. É sempre uma concessão. Ou de pessoas cis que questionam se eu sou mulher o suficiente, ou de pessoas negras que questionam se eu sou negra o suficiente. Aliás, de pessoas que questionam se eu sou humana o suficiente para viver”.

A morte

Neon Cunha beijou a morte algumas vezes. “Só pode, de verdade, falar sobre vida aquela que sabe o que é o processo de morte. Mas nossas anulações é que fazem a gente perceber o quanto a gente quer dessa vida”, conta, com um sorriso sereno.

Aos 15 anos, Neon viu pela primeira vez uma pessoa ser executada. “O policial parou a barca, desceu do carro, arreventou a testa da amiga. Olhou para a gente e perguntou ‘o que vocês estão fazendo aqui?’”, relata. As operações Rondão e Tarântula exterminaram dezenas e prenderam centenas de mulheres

trans e travestis no centro de São Paulo no fim da década de 1980.

No início dos anos 2000, foi violentada sexualmente. “Levei seis meses para dialogar sobre isso. Fico imaginando como teria sido se minha terapeuta, a Norma, não estivesse”. Entre tantas perguntas – “Por que eles tinham aquela coragem?” “Por que eles não me mataram?” “Por que eles se tornaram tão violentos?” –, uma ecoava mais em sua cabeça: “Por que eu consigo seguir viva?”. E em seguida ela mesma responde que não sabe, mas que talvez tenha gente que aprende muito cedo com os nãos que os sims são possíveis. “Eu não deixei de sonhar em nenhum momento. Nenhum momento. Se você perguntar o que eu quero com meu sonho eu digo que não sei, mas eu sonho. Eu penso sempre em liberdade”.

“Hoje que eu sou extremamente defensora do *queer* eu fico pensando que a tradução para *queer* é bicha. É a bichisse, a bicha loka, a viadagem, a baitolagem, isso que é o *queer* do Brasil. A bichona vai responder pelo *queer*, porque qualquer uma pode ser bicha”, nota Neon. “Porque bicha é pobre né? É pão com ovo, é quaquá, é pé na estrada, a peregrina mesmo. A que vai morrer, a que vai ser executada, a que antecede Marielle. Eu sei qual é meu lugar historicamente. Não dá para ser filha do medo quando você beija a morte tantas vezes”.

Afeto, liberdade e utopia

Jurema Werneck, Nilza Iraci, Sueli Carneiro, Lúcia Xavier. Com mulheres pretas que lhe antecederam é que Neon Cunha afirma ter aprendido que a subalternização não será mais aceita. “É Criola e Geledés que me fazem. Eu sou forjada na Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Nunca vou esquecer isso”.

“E só aceito ser tratada como transgênera porque tem um contraponto que é cisgênera. É a condição, gênero? Ok. Eu não vou deslegitimar outras lutas, mas também não quero que deslegitimam o fato de que são as pessoas cisgêneras que estão me dando essa condição de gênero”, ressalta. “Se você dá a condição, eu aceito a condição. Mas tu vai ter que lidar comigo, dizendo quem é tu nesse rolê também”, aponta. “Nós faremos Palmares de novo. Mas também com mulheres trans, travestis e todas as outras possibilidades divergentes à norma cisgênera”.

Quando tinha nove anos, Neon morava com a família em um galpão. No sofá dormiam sete crianças.

Sempre que vinha visita, elas tinham de dormir no chão. “Uma vez perguntei para minha mãe ‘por que a gente tem que fazer isso toda vez?’. E ela falou assim ‘Porque a gente tem que dar o nosso melhor’”, narra. “É isso: afeto não é o que eu espero de você. É o que eu estou disposta a dar de melhor”.

“As pessoas só falam que está difícil. Para mim nunca foi fácil”, observa. “Mas precisamos falar de afeto. Precisamos voltar a falar de utopia. Eu troco a paz branca, burguesa, mórbida e tediosa por liberdade. É o que eu mais anseio”, diz: “E liberdade não é condição cedida pelo outro. É sensorial, é minha”.



“Nós faremos Palmares de novo. Mas também com mulheres trans, travestis e todas as outras possibilidades divergentes à norma cisgênera”.



Psicólogas/os de todo o Brasil **DEBATEM OS RUMOS DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO**

Em um momento de acirramento político no país, acontecem os eventos preparatórios e os pré-congressos que antecedem os congressos regionais e nacional de Psicologia. Neles são debatidas as diretrizes da categoria para os próximos três anos.

A Psicologia está se preparando para a definição das diretrizes que nortearão a categoria para o próximo triênio. É num contexto de tensão e polarização política na sociedade brasileira que uma série de atividades acontecem espalhadas pelo país para que psicólogas/os debatam sobre posicionamentos e propostas que serão levados ao X Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que será entre 30 de maio e 2 de junho.

A participação das/os profissionais nesse processo todo se dá desde já, justamente no momento que antecede o CNP, por meio de eventos preparatórios, pré-congressos e congressos regionais. O X Congresso Regional de Psicologia em São Paulo (COREP) acontece nos dias 5, 6 e 7 de abril e se pauta também pelo tema escolhido nacionalmente: "O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais".

Para a psicóloga e professora da PUC-SP Ana Bock, a questão central no momento é a garantia do funcionamento da estrutura democrática que foi conquistada pela categoria profissional. "Os congressos da Psicologia tornaram-se instância máxima do Sistema Conselhos. É ali que tomamos as decisões sobre os rumos da Psicologia e as ações da entidade. Estas decisões vêm da base, de reuniões, encontros regionais até chegar no nacional", caracteriza. "É uma conquista sem igual e, no momento em que a democracia brasileira está ameaçada, nos cabe garanti-la", atesta. E complementa com a importância, porque também ameaçados, da defesa dos direitos humanos e das políticas públicas.

Eventos preparatórios, pré-congressos e Congresso Regional

Os eventos preparatórios – que estão acontecendo desde 28 de setembro e se estenderão até 16 de fevereiro – são atividades que podem ser mesas



COREP

CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

redondas, encontros temáticos, debates, exposições de filmes, entre outros formatos. O tema varia de acordo com o que as/os organizadoras julgarem pertinente e os eventos precisam acontecer por meio do CRP SP. “A ideia é que a categoria participe desses eventos e elabore propostas a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos”, explica a psicóloga Beatriz Mattos, integrante da Comissão Organizadora (Comorg) do X COREP.

Os pré-congressos acontecem entre 2 de janeiro e 10 de março de 2019. Nessa etapa, são aprovadas as propostas locais e nacionais e são eleitas/os as/os delegadas/os que participarão do X COREP. E é na capital paulista, em abril, que o X COREP da 6ª região vai discutir e aprovar as propostas do estado de São Paulo que serão levadas para a etapa nacional em Brasília. No X COREP também é definida a delegação que participará do CNP.

Todas as propostas devem se basear em três eixos: a “Organização democrática e representativa do

Sistema Conselhos”; o “Diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos”; e o “Exercício profissional”.

“Nesse momento temos uma responsabilidade diferente com relação à garantia de direitos no nosso país e também à defesa da autonomia da nossa profissão”, opina Rodrigo Presotto, coordenador da Subseção de Campinas e também integrante da Comorg. “Estamos vivendo um momento de polarizações de ideias em que está se apresentando para o país um projeto que manifesta publicamente o não reconhecimento a direitos básicos de mulheres, crianças e adolescentes, população LGBT e população assistida por políticas sociais”, alerta. Assim, constata Rodrigo, “a partir dos congressos serão definidas as posições que a gestão do Sistema Conselhos tomará dentro desse contexto. Daí a missão que nossos congressos têm de reafirmar a democracia, a defesa do direito à diversidade, das políticas públicas e também dos direitos dos trabalhadores”.

No CNP é oficializada a inscrição das chapas que concorrerão nas eleições que renovarão as gestões regionais e federal do Sistema Conselhos. O pleito acontece em agosto de 2019. Independente dos grupos eleitos, eles terão de seguir, durante seus três anos de gestão, as diretrizes aprovadas nos congressos.

“Hoje temos espaços de construção de posições coletivas”

O CNP aconteceu em 1994, e na realidade ainda não tinha esse nome a princípio. “As/os participantes decidiram naquele momento fazer o 1º CNP por entenderem a necessidade de repensar a Psicologia a partir da reestruturação do Sistema Conselhos, numa perspectiva democrática” recorda Rita de Cássia Assunção, subcoordenadora da subseção de Campinas: “E então aquele se tornou o 1º CNP - Processo Constituinte: repensando a psicologia”.

“A lógica que dominava entre nós era o personalismo. A/O psicóloga/o que se destacasse por sua competência era vista/o como a/o melhor representante, sem que suas ideias ou posições fossem construídas coletivamente”, relata Ana Bock, para quem apesar de existir ainda resquícios desse formato, está evidente a luta para que isso possa ser superado. “A categoria não se via como tal; não possuía espaços de construção de posições coletivas e não possuía porta vozes organizados, ou seja, instituições que pudessem, pela experiência democrática, falar pela categoria”, rememora Bock. E resume: “Éramos pessoas bem intencionadas e competentes. Hoje, somos coletivos que debatem, disputam posições, avançam conjuntamente”.

Momento político atual

Na visão da psicóloga e doutoranda pela PUC-SP Camilla Veras é preciso olhar o contexto internacional para compreender o momento político que vivemos hoje no Brasil. “Estamos vivendo uma crise econômica mundial desde 2008, sem sinais de recuperação e crescimento, somada à crise política, em que as pessoas não acreditam mais no sistema político e não se sentem representadas, e também uma crise social, que se agrava a cada dia, gerada pelo desemprego, pelo fim de direitos e precarização das políticas públicas”, expõe Veras, ao destacar que “a direita vem capitalizando a insatisfação e o desejo de mudança da população em geral”.

A Psicologia, segundo Camilla, pode ajudar na compreensão desse momento, “tendo em vista que

“Os congressos da Psicologia são a instância máxima do Sistema Conselhos. Estas decisões vêm da base: é uma conquista sem igual e, no momento em que a democracia brasileira está ameaçada, nos cabe garanti-la”

Ana Bock

o sentimento de insatisfação, o medo e o ódio passam também a subjetividade”. Tanto a leitura do contexto brasileiro quanto a interferência nele serão assuntos latentes desses encontros da categoria, em que para Veras “o debate e a ação profissional estarão na defesa das garantias fundamentais, da liberdade e da ética”.

A atuação das mulheres

Como não poderia deixar de ser, não apenas a Psicologia historicamente interfere nas questões mais amplas da sociedade, como é interferida por ela. Nesse sentido, Ana Bock lembra como a categoria – sendo eminentemente feminina – teve um espaço social tímido enquanto as mulheres não apresentavam uma tradição de luta na sociedade. “Hoje as mulheres ocuparam muitos espaços na sociedade, avançaram em sua organização, em seu papel social e em suas contribuições” interpreta. “Assim, pudemos assistir grandes avanços em uma categoria profissional formada por 90% de mulheres. A Psicologia deve muito à luta das mulheres! Portanto, a questão do gênero tornou-se importante para a Psicologia e a organização de suas entidades e movimento”.

Assim, Veras defende “que é preciso ampliar dentro da grade curricular dos cursos de Psicologia e na orientação da nossa profissão a conscientização a respeito da opressão que nós mulheres vivenciamos”.

“Somos uma categoria feminina. O que isto quer dizer? Que características tem a profissão que são decorrentes deste aspecto? E a luta da profissão por seu espaço e contribuição social, como se relaciona com este aspecto?”. As perguntas levantadas por Ana Bock sugerem discussões a serem pautadas nas fases preparatórias e no próprio CNP. Para Camilla, a mobilização das mulheres tem sido firme ao apontar para a sociedade “que os retrocessos não serão aceitos sem resistência”.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL
**AGENDA DE PRÉ-CONGRESSOS DAS REGIÕES
 DO ESTADO DE SÃO PAULO**



PRÉ-CONGRESSOS DO COREP DA 6ª REGIÃO – 10º COREP

REGIÃO	DATA	SUBSEDE
Ourinhos	05/02/2019	ASSIS
Marília	07/02/2019	
Presidente Prudente	12/02/2019	
Adamantina	21/02/2019	
Assis	28/02/2019	
Registro	09/02/2019	SUBSEDE BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA
Santos	23/02/2019	
Araçatuba	26/01/2019	BAURU
Botucatu	23/02/2019	
Bauru	09/03/2019	
Piracicaba	17/01/2019	CAMPINAS
Mogi Mirim	23/01/2019	
Jundiaí	30/01/2019	
Campinas	07/02/2019	
Diadema	18/01/2019	GRANDE ABC
Mauá	25/01/2019	
São Caetano	08/02/2019	
São Bernardo	15/02/2019	
Santo André	23/02/2019	
Sede CRP SP	19/01/2019	METROPOLITANA
Osasco	1º./02/2019	
Alto do Tietê (Mogi das Cruzes)	15/02/2019	
São Paulo	22/02/2019	
Araraquara	12/02/2019	RIBEIRÃO PRETO
Ribeirão Preto	21/02/2019	
Franca	26/02/2019	
São José do Rio Preto	07/02/2019	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Votuporanga	13/02/2019	
Itapetininga	26/01/2019	SOROCABA
São Roque	02/02/2019	
Sorocaba	16/02/2019	
Itu	23/02/2019	
Lorena	02/02/2019	VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE
Taubaté	08/02/2019	
São José dos Campos	16/02/2019	
Caraguatatuba	23/02/2019	



A ATUALIDADE DE **FRANTZ FANON** E A SOCIOGENIA DO RACISMO

O PENSAMENTO DO
PSICANALISTA E
REVOLUCIONÁRIO FANON
JOGA LUZ ÀS RELAÇÕES
RACIAIS E AS SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA A
SUBJETIVIDADE.

Por Deivison Faustino (Deivison Nkosi)*

O pensamento do psiquiatra e psicanalista martinicano Frantz Fanon (1925-1961) segue sendo atual e fundamental para entender as relações entre o racismo e o sofrimento psíquico. Sua análise sobre o colonialismo relaciona tanto o “impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas” quanto “as situações individuais [que] se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições”. Esta posição é apresentada pelo autor em *Pele negra, máscaras brancas*, escrito em 1951 como proposta de redação – rejeitada, diga-se – de seu Trabalho de Conclusão de Curso em Psiquiatria.

Neste livro, ao reconhecer as contribuições da psicanálise freudiana, Fanon afirma que a alienação do negro não é só uma questão individual. Ao lado

da filogenia e da ontogenia, ele aponta que existe a sociogenia. Assim, o intuito de Fanon é “estabelecer um sócio-diagnóstico”.

Como se sabe, a psicologia filogenética ou constitucional é aquela que relaciona o comportamento humano à *morfologia* e à *fisiologia*, criando uma correlação entre o perfil corporal e as características psicológicas dos sujeitos. Fanon, preocupado com as dimensões sociais do sofrimento psíquico, comemora a ruptura representada pela psicanálise freudiana, mas advoga pela necessidade de ir além da dimensão psicoafetiva do desejo, compreendendo-a em seu contexto histórico e social concreto.

Para ele, os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação.

Como afirma o autor “O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os polos é mantida pela força das armas. Na metrópole, a exploração econômica é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia”. Já nas colônias a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro - que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e *inessencial* – só aparece como predicado dos desejos e gozo do colonizador.

Neste ponto, chegamos ao segundo nível da análise, pois para ele a “expropriação, o despojamento, a rapina, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem”, engendrando posições sociais *epidermizadas*, marcadas por uma divisão racial do trabalho, que pressupõe o lugar dos indivíduos a partir das marcas fenotípicas e culturais.

O racismo para Fanon é tanto um *produto* quanto *processo* pelo qual o grupo dominante lança mão para desarticular as possíveis linhas de força do dominado, destruindo seus *valores, sistemas de referência e panorama social*.

Não se trata aqui de afirmar que o racismo é um epifenômeno das contradições de classe e muito menos que este se dissolveria diante de uma solidariedade abstrata entre os proletários do mundo. Ao contrário: o racismo é apropriado, na sociedade moderna,

como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global. Essa prática de negação da humanidade se configurou como eixo estruturante da própria modernidade.

Outro aspecto importante da racialização é a interiorização subjetiva, tanto por parte do colonizador quanto por parte do colonizado, destes pressupostos. É o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro por meio da lente distorcida do colonialismo. A fantasmagórica e hierárquica contraposição binária entre *Branco X Negro* é assumida por ambos como identidades fixas e essenciais, moldando de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo.

O ponto que se busca destacar aqui é que a noção de sociogenia, apresentada por Fanon em 1952, continuou operando em suas análises posteriores como um *presente oculto* que estruturou o conjunto de sua reflexão. A dimensão psicoafetiva do desejo e os seus impactos na conformação de subjetividades racializadas, tão exaltada por autores como Bhabha (1994, 1996), Hall (1996) e Mercer (1996), estão sempre presentes como exemplos da profundidade da situação colonial, mas não como espinha dorsal da reflexão. O colonialismo em Fanon é um dado da realidade social que se manifesta como exterioridade concreta aos sujeitos, não se resumindo, em hipótese alguma, a um regime de verdade ou a uma visão de mundo, mas sim, conformando as condições de possibilidades para as representações (distorcidas, diga-se, e não apenas inventadas) de colonizadores e colonizados.

Trata-se de subjetividades marcadas a ferro e fogo pela racialização fetichizante, mas a superação desse fetiche, segundo defende, não se resume às batalhas no campo do significado. Pelo contrário: devem se dar principalmente no campo prático-sensível, conformando uma nova sociabilidade.

**Professor da Universidade Federal de São Paulo e Integrante do Instituto Amma Psique e Negritude*

A DIMENSÃO SUBJETIVA DO ÓDIO



O que caracteriza os atuais tempos de intolerância no Brasil e quais são seus impactos subjetivos?

Nas ruas, nos grupos de whatsapp, nas conversas de bar, nas brigas familiares, nas salas de aula, nos ônibus, nas amizades rompidas, no facebook, na clínica. Por todo o Brasil e em diferentes níveis se sente o clima de tensão política que teve as recentes eleições como a ponta do iceberg. É nesse contexto que as Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia lançam a Campanha Nacional com a hashtag #DiscursoDeOdioNao e a frase "A Psicologia respeita as pessoas enfrentando" a ser completada com as diversas formas de opressões e violências que a categoria historicamente combate.

"A campanha foi elaborada considerando o cenário brasileiro de acirramento de discursos de ódio e de diversas violações de direitos fundamentais", apresenta o texto de lançamento do Conselho Federal de Psicologia: "Esse cenário vem refletindo as condições históricas, culturais, simbólicas e mate-

riais que produzem certo ideal de existência em que algumas vidas são dignas de serem vividas e outras não, uma vez que são transformadas em inimigas da sociedade".

Para a psicanalista e professora do Programa de Psicologia Clínica da USP, Miriam Debieux, o Brasil vive "um continuado aumento do que estamos chamando de ódio e intolerância". O ódio é um afeto que tem a intensidade como grande característica, diz. "Tanto quando a pessoa está apaixonada quanto quando está movida pelo ódio, ela não quer saber da razão, do pensamento, da reflexão", descreve Debieux, que é também coordenadora do Laboratório Psicanálise e Sociedade, do Projeto Migração e Cultura e autora do livro *A clínica psicanalítica face ao sofrimento sócio-político*.

No que consiste exatamente esse ódio? O Brasil, desde que aqui pisaram os colonizadores, é um país constituído com base em desigualdades, racismo,



sexismo, genocídio e assim por diante. Quais os elementos que diferenciam as intolerâncias historicamente presentes na nossa sociedade e essas que agora se manifestam? São perguntas que estão sendo feitas por muitas pessoas e as análises são diversas.

A filósofa e política Marcia Tiburi – autora, entre outros livros, de *Como conversar com um fascista* – acredita que o que hoje está exacerbado já estava visível a partir de 2013. “Esse ódio foi colocado em cena na política e na sociedade brasileira a partir de uma manipulação feita pelos meios de comunicação de massa, que são meios de produção de subjetividade”, analisa. Um dos motivos pelos quais o ódio se expande, argumenta Tiburi, é porque “produz um tremendo prazer subjetivo”.

A conhecida frase do escritor e dramaturgo russo Anton Chekhov corrobora com a tese de Tiburi: “Nada une tão fortemente como o ódio: nem o amor, nem a amizade, nem a admiração”. O ódio, afirma Marcia, “é

mais fácil de se sentir e compensa muito mais rapidamente do que o amor. O amor exige muito esforço. E você precisa se contrapor a muitos afetos negativos para conquistar o amor”.

Assim, para a filósofa, por meio de processos de linguagem, houve a manipulação do ódio que toma essas formas no atual momento político brasileiro. “O ódio é plantado através do discurso. Por isso quando se fala em discurso do ódio as pessoas estão falando corretamente: o discurso de ódio é o próprio ódio que se planta e que dá essa compensação direta para as pessoas”, interpreta, ao dizer que no nosso contexto o ódio tem produzido unidade. “O ódio produz a sensação de que você não está sozinho. Daí que o fascismo avance tanto”.

Debieux aponta que a falta de reflexão característica do afeto em forma de ódio tem como consequência reduzir os problemas sociais a pessoas ou grupo de pessoas, que por sua vez são também reduzidas a

PSICOLOGIA, MIGRAÇÃO E REFÚGIO: “O ACOLHIMENTO DEVE PARTIR DAS CONDIÇÕES SÓCIOPOLÍTICAS DO SOFRIMENTO”

A psicanalista e socióloga, Ana Gebrim, conversa sobre o desenvolvimento de dispositivos de acolhimento e escuta a populações migrantes.

Foto: Arquivo pessoal



Guerras, pobreza, catástrofes naturais: são muitas as condições geopolíticas que impelem populações a migrarem pelo globo terrestre. Tema sempre latente, nesse momento milhares de pessoas caminham em caravana de Honduras em direção aos Estados Unidos em busca de condições melhores de vida. O presidente estadunidense Donald Trump já anunciou que fará de tudo para detê-los. No Brasil em 2018 o número de estrangeiros que pediram refúgio aumentou 161% em relação a 2017. O dado é do Ministério da

Justiça e destaca que a maior parte das pessoas refugiadas que chega ao país vem da Venezuela.

A relação entre a Psicologia, a migração e o refúgio é o tema sobre o qual se debruça o Grupo Veredas, nome que batiza um projeto de pesquisa e um serviço de atendimento realizado na Casa do Migrante, desenvolvido pelo Programa de Extensão e Cultura da USP. Ana Gebrim, mestre em Sociologia Clínica e Psicossociologia pela Paris VII e doutora em Psicologia Clínica pelo IPUSP, é supervisora do Veredas. Gebrim, que também atuou como consultora do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, conversou exclusivamente com o *Jornal Psi*. A vivência subjetiva das populações migrantes, a importância de uma perspectiva não patologizante no acolhimento a elas, o papel da memória e os principais desafios para a Psicologia que se volta a essa população são alguns dos temas abordados na entrevista.

Pensando numa perspectiva histórica, de que forma houve a aproximação entre a Psicologia e o campo da imigração e do refúgio?

O Grupo Veredas - Imigração e Psicanálise conta com psicanalistas que atuam em suas frentes e é coordenado há quinze anos pela Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa (USP). É um grupo que pensa a clínica e a transmissão a partir do contexto brasileiro, latino-americano e dos países do Sul. Porém, pensando no contexto global, a partir dos anos 1960, predominantemente, se desenvolveram linhas de pensamento na Psicologia e na Psicanálise levando em conta a realidade migratória na clínica, sobretudo na Europa e Estados Unidos. No Brasil isso é mais recente. É evidente que a gente tem pesquisadoras/es e psicólogos/os nesse campo há muitos anos, pioneiros desses estudos no Brasil, pensando

a migração japonesa, a migração sul-americana ou sobre brasileiros que foram morar fora e depois retornaram. Mas o desenvolvimento maior desse campo se deu nos últimos dez anos, quando novos fluxos passaram a interpelar a realidade brasileira.

Quais são as populações refugiadas ou de imigrantes que mais chegam, atualmente, ao estado de São Paulo?

Atualmente em São Paulo temos recebido um número maior de venezuelanos por conta da crise que a Venezuela está vivendo, crise também de fronteira com o Brasil. A situação de Roraima está muito tensa e complicada. Roraima concentra uma população grande de venezuelanos recém chegados que pretendem migrar para o Brasil. Mas o que a gente vê, por um lado, é um descaso enorme do poder público para acolher e redistribuir essas pessoas com condições dignas pelo território brasileiro. E, por outro, cidades fronteiriças que estão absolutamente tensionadas por um excesso de população. Essa crise tem sido parcialmente sanada, sobretudo, por algumas organizações humanitárias – como a OIM [Organização Internacional de Migrações] e a AC-NUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] – que têm realocado venezuelanos em outras capitais brasileiras. Assim, muitos têm vindo para São Paulo.

Hoje o maior fluxo migratório em São Paulo é de venezuelanos. Mas há alguns anos atrás tivemos um fluxo muito grande da Síria, da Angola, do Congo, de Camarões. E também do Haiti depois do terremoto de 2010.

Quais as questões mais latentes, do ponto de vista do atendimento psicológico, que vocês percebem nas populações que atendem?

Em primeiro lugar, as grandes destruições nos seus países de origem que impeliram esse deslocamento. Em segundo, os deslocamentos árduos, longos, profundamente precários, nos quais essas pessoas estão sujeitas a muitas violências. E muitos dos países mais ricos rechaçam a entrada dessas pessoas, com a proliferação da construção de muros, barreiras, dispositivos de controle, de impedimento.

Todos esses são aspectos sociais e políticos que marcam a vivência subjetiva dessas pessoas. Mas é importante que a gente não caia num discurso – cada

vez mais empregado para pensar populações migrantes – que patologiza a condição migratória. Em contraposição às coisas que a gente vem trabalhando existe uma corrente na Psicologia, muitas vezes aliada ao discurso médico, que pensa no estresse pós traumático quase como uma condição da vivência de deslocamento.

Nós pensamos em dispositivos clínicos de acolhimento que possam escutar o sofrimento e atuar na crise, mas levando em conta os aspectos da precariedade social e da violência a que as pessoas estão expostas. Então muito mais do que aspectos latentes próprios da migração, eu diria que existem aspectos latentes próprios de condições de precariedade e violência às quais a população migrante de todo o mundo está sujeita hoje.

Como que a questão da memória aparece no trabalho com essas populações?

Memória e identidade são temas centrais para trabalhar com a questão do refúgio. São pessoas que se deslocam em condições muito precárias e por vezes sem a possibilidade de organizar suas trajetórias. Assim, a memória é das poucas coisas que as pessoas carregam consigo nos seus percursos de deslocamento.

Ao mesmo tempo, se a gente pensar no grande sofrimento psíquico que algumas pessoas estão imersas, a memória pode também ser fragilizada. Da mesma forma que a memória passa a ser um material muito rico de possibilidade de ancoragem e de reconstrução identitária nos novos países, também com frequência é um elemento – ainda que primordial – que pode estar sob risco.

Quais são os desafios atuais no que diz respeito ao tema da imigração, migração e refúgio?

Que a população migrante seja menos massacrada e rechaçada pelos países mais ricos de todo o mundo. Que as condições que produzem o deslocamento – como a guerra, a condição econômica, as ditaduras militares, a pobreza – deixem de existir. Esses são os desafios macros. No micro, pensar em uma escuta e acolhimento clínico que levem em conta a questão do idioma, os aspectos e as diferenças culturais e religiosas, enfim, elementos que considerem a realidade sócio-política de cada país de onde essas pessoas são provenientes.

"A DEFICIÊNCIA NÃO É APENAS UMA QUESTÃO FÍSICA: É SOCIAL"

O psicólogo Fabiano Esperança conta, por meio de sua trajetória, sobre a importância de uma Psicologia que quebre barreiras

O psicólogo Fabiano Boghossian Esperança, concursado no Ministério Público, trabalha no Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial há cerca de seis anos. Nasceu, criado e morador de Penápolis, ele viaja todos os dias para Araçatuba, onde trabalha. O deslocamento diário, no entanto, não o afeta. "É muito gratificante estar aqui", afirma. Fabiano tem deficiência visual total e compartilhou sua trajetória e seu cotidiano com o *Jornal Psi*.

"Quando eu nasci, minha mãe ficou abalada", relata Fabiano, ao explicar que tem microftalmia: seus olhos não se formaram durante a gestação. "É natural que a família fique apreensiva por não saber como vai ser o futuro de um filho com deficiência. Mas aos poucos ela foi entendendo que não adiantaria se lamentar e que ela teria de cuidar para que sua criança tivesse um desenvolvimento adequado".

E foi o que ela fez. Aos seis anos Fabiano começou a aprender o braille e a usar bengala, frequentando uma escola em Araçatuba, cidade vizinha a Penápolis. Lá ele estudou da primeira até a quarta série. "Era uma escola normal, mas tinha essa classe especial, como chamavam. Eu era a única criança da classe, o resto era adulto", expõe: "Mas fiz várias amizades, tenho contato com eles até hoje".

A partir de uma pesquisa em Penápolis e do diag-

nóstico de que eram muitas as pessoas cegas sem os recursos necessários à disposição, a mãe de Fabiano, como diretora de escola, abriu uma sala de aula na sua instituição voltada para pessoas com deficiências. No início, algumas famílias não queriam deixar seus filhos irem sozinhos, tomarem o ônibus ou frequentarem a escola. "Eu entendo que a superproteção é uma coisa natural porque as famílias não querem que a pessoa com deficiência sofra ou passe por situações difíceis. Mas isso acaba limitando a vida de pessoas com deficiência, as impedindo de crescer", observa Fabiano, destacando que nem a superproteção nem o abandono são extremos que devem ser almejados. "Na minha vida existe um pouco de superproteção e isso tem alguns reflexos até hoje, mas minha mãe e minha família sempre me incentivaram a fazer as coisas", comenta.

"A deficiência não é apenas uma questão física: é social", enfatiza Fabiano Esperança, que também compõe o Núcleo de Psicologia e Deficiência do CRP SP. "A sociedade impõe muitas barreiras para a pessoa, achando que ela não é capaz de estudar, de trabalhar, de conviver socialmente. O que não é verdade, mas às vezes a pessoa acaba acreditando, achando que isso é natural, que é da sua condição física", descreve. "Mas essas não são as barreiras físicas, são as barreiras sociais".

O acesso à escrita

Da quinta série até o fim do ensino médio, Esperança estudou em uma escola particular perto de sua casa. Nesse período, a principal barreira social que ele sentiu foi a que dificultava seu acesso à escrita. “Na época o único recurso que tinha era o braile, o que é muito pouco. A lousa era inacessível para mim. Os professores não tinham experiência em lidar com uma pessoa cega na sala de aula”.

A vida de Fabiano mudou quando ele ganhou um computador de sua família. “A informática deu um salto muito grande na qualidade da minha aprendizagem. Eu podia digitar, imprimir, e aí entregava para o professor” relata. Antes, era preciso que todo material escrito passasse pela tradução de um professor de braile. “Adquiri um scanner, comecei a escanear os livros e as apostilas para poder ler por meio de um programa”, narra.

A angústia que sentiu ao terminar o ensino médio, ver os colegas prestando vestibular e imaginar que ele não entraria numa universidade não durou muito. Fabiano prestou o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) quando ainda nem existia prova adaptada para pessoas com deficiência. Sentado numa sala reservada, ele respondia as questões oralmente para uma pessoa que lia a prova em voz alta. “Teve uma questão que tinha uma pintura e a gente tinha que falar quem tinha pintado o quadro. Como que uma pessoa cega vai poder interpretar a foto de um quadro no papel? Era impossível”, lamenta. Essa aí ele teve de chutar. E acertou, conta rindo.

Fabiano foi bem no ENEM e passou no vestibular. Se formou em Psicologia pela Universidade Paulista. E por que Psicologia? A família até estranhou quando ele tomou a decisão, já que era tão envolvido com a área de informática. “Decidi ser psicólogo pela vontade de escutar, ajudar as pessoas. Além disso, eu sei o que é ser julgado, sofrer preconceito. Então eu aprendi a escutar as pessoas sem julgamento. Acho que minha vivência trouxe certa sensibilidade para lidar com pessoas”, explica, complementando que se interessa pela área de políticas públicas.

Já formado, Fabiano Esperança fez trabalho voluntário, atendeu um pouco em clínica e prestou alguns concursos. Quando saiu o edital do Ministério Público, ficou na dúvida se concorria. “No início pensei que eu não tinha condição, que era para psicólogos com muita experiência. Fiquei vários dias pensando. Mi-

nha família me incentivou e eu decidi arriscar”, expõe. Passou e foi chamado: “Nossa, que salto que eu tive, fiquei muito feliz!”

“Aqui no Ministério Público atendemos a solicitação de promotores nas áreas de políticas públicas e alguns casos individuais. Tratamos de casos envolvendo idosos, pessoas com deficiência, criança e adolescente, violência doméstica”, exemplifica Fabiano. Seu cotidiano de trabalho também envolve fiscalizações das Fundações Casa, de abrigos institucionais, casas geriátricas, instituições de saúde e de educação. “Nosso trabalho é bastante diversificado. O desafio é estar sempre estudando, conhecendo, acompanhando as mudanças das leis, das portarias, e colocar o olhar da Psicologia em tudo isso”, resume.

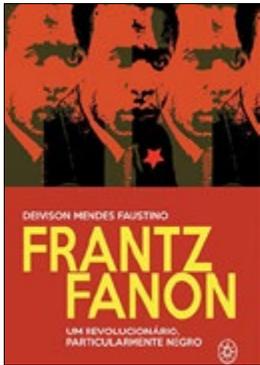
Protagonismo das pessoas com deficiência

Citando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Fabiano Esperança ressalta que vivemos recentemente importantes avanços no tema, “pelo menos no papel”. “Se tudo o que está na legislação for posto em prática, teremos ganhos enormes”, opina.

“O que a Psicologia pode fazer nessa área é contribuir com o protagonismo das pessoas com deficiência”, destaca Fabiano. Em contraposição a uma perspectiva normativa, que trabalha com uma ideia de curar pessoas com deficiência para encaixá-las nos padrões da sociedade, Fabiano defende uma “Psicologia afirmativa”. Para ele, a Psicologia deve atuar no sentido de “valorizar a condição das pessoas com deficiência, de contribuir para que elas exerçam seu protagonismo e acessem seus direitos, conscientizar a sociedade”. A Psicologia, resume Fabiano, deve quebrar as barreiras.



Foto: Arquivo pessoal



Frantz Fanon – um revolucionário, particularmente negro

O livro de Deivison Mendes Faustino apresenta a trajetória política e teórica desse que é, sem dúvida, um dos mais importantes intelectuais do século 20. Psiquiatra, filósofo, cientista social e militante anti-colonial, Frantz Fanon segue atual cinco décadas depois de sua morte. Partindo de sua infância na Martinica até a sua participação nos movimentos de libertação na África, a rigorosa investigação de Faustino fornece ao leitor um panorama amplo do pensamento, do contexto e dos dilemas enfrentados por Fanon, reverberando como suas reflexões trazem luz aos desafios dos dias atuais.

Partindo de sua infância na Martinica até a sua participação nos movimentos de libertação na África, a rigorosa investigação de Faustino fornece ao leitor um panorama amplo do pensamento, do contexto e dos dilemas enfrentados por Fanon, reverberando como suas reflexões trazem luz aos desafios dos dias atuais.

UPP – Redução da favela a três letras

A voz e o pensamento de Marielle não param de desafiar a brutalidade cometida contra ela e contra tantos. Se ela não cansou de denunciar a militarização que acabou se abatendo sobre ela, também fez a respeito, como se lerá nas páginas deste livro, uma análise aguda e plenamente atual, que, mais do que nunca, merece circular. A edição da n-1 retoma integralmente, com pequenas adaptações, a dissertação de mestrado de Marielle Franco. O lucro obtido com as vendas deste livro será inteiramente revertido para a família de Marielle. A organização do livro é de Lia de Mattos Rocha e o prefácio de Frei Betto.



Dez anos da Cia Mungunzá

Comemorando uma década de existência, a Cia Mungunzá de teatro apresenta uma mostra de cinco trabalhos no Teatro de Contêiner, no bairro da Luz São Paulo. Com o valor “pague o quanto puder”, as peças serão apresentadas até o dia 10 de dezembro. Um dos destaques da mostra é o “Luis Antonio – Gabriela” que pela primeira vez contará, no papel principal, com a atriz trans Fabia Mirassos.

Branquitude – Estudos sobre a identidade branca no Brasil

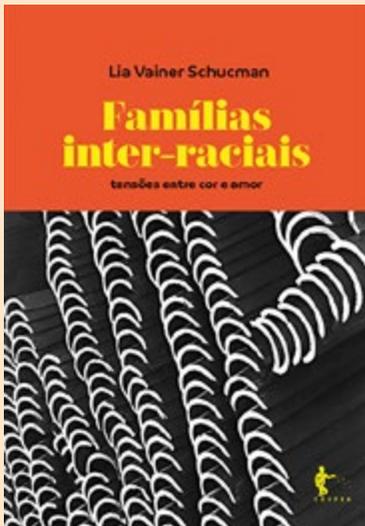
“Os estudos sobre as relações raciais muito falaram do negro e dos problemas que lhe foram criados no universo racial brasileiro, mas deixaram de falar de brancos numa sociedade em que a Branquitude poderia também fazer parte do processo de transformação social, partindo da hipótese de que os brancos conscientes dos privilégios que sua cor lhes traz na sociedade poderiam questioná-los e participar do debate sobre a divisão equitativa do produto social nacional entre brancos e negros”, afirmou o professor da USP Kabengele Munanga ao tratar do lançamento do livro *Branquitude – Estudos sobre a identidade branca no Brasil*, organizado por Lourenço Cardoso e Tânia Müller.



Confira também os mais recentes artigos de Lourenço Cardoso a respeito do tema, disponíveis na internet:

- A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o “objetivo-fim”: https://drive.google.com/file/d/1W1yo6dW-5T1_5FyIyEC3I7yJYInPEnc/view
- O modo de pensar da razão dual racial: a branquitude e o mestiço-lacuna: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesin-submissos/article/view/237445>

MURAL



Lançamento do livro "Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor"

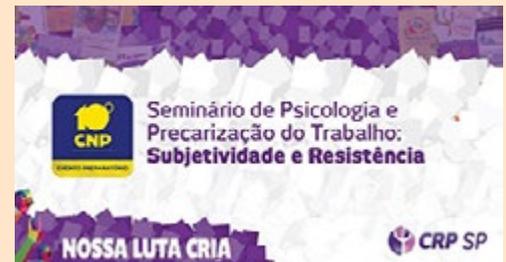
O mais novo livro da psicóloga Lia Vainer Schucman é lançado em São Paulo no dia 22 de novembro às 18h30 na rua General Jardim, 660 (Vila Buarque). O evento é uma parceria do Instituto Amma Psique Negritude e

da Ação Educativa. A obra é sobre estudos de caso com famílias inter-raciais, mas é, sobretudo, sobre o racismo estrutural, sendo tratado como um aspecto essencial da sociabilidade, de normalização e naturalização das hierarquias, de lugares e de discursos e que, invariavelmente, penetra também nas relações familiares. Se o amor é uma construção social, demonstra Lia Vainer, o racismo também é.

Seminário de Psicologia e Precarização do Trabalho: subjetividade e resistência

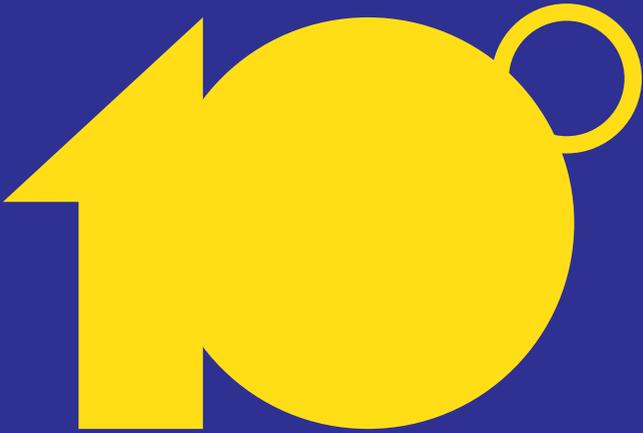
O CRP SP convida a todas/os

à reflexão sobre as formas de regulação e desregulamentação das relações de trabalho e as formas de produção de subjetividade. Diante do reconhecimento de que a conjuntura produz um desgaste mental imposto às/aos trabalhadoras/es, configurando um problema complexo e multifacetado, o Conselho organiza esse seminário no dia 24 de novembro, como um evento preparatório ao 10º COREP SP. "As recentes contra-reformas neoliberais sofridas pela classe trabalhadora (reforma trabalhista, terceirização ampla, geral e irrestrita etc), evidencia que temos novos padrões de desgaste para enfrentar, bem como novas resistências para construir", apresenta a convocatória do seminário. O evento começa às 8h30, vai até 17h30 e acontece na sede metropolitana do Conselho. As inscrições podem ser feitas em <http://crpsp.org.br/seminario/inscricoes.aspx>



Todo racismo é uma forma de violência

A campanha "Todo racismo é uma forma de violência" será lançada no seminário de mesmo nome organizado pelo Grupo de Trabalho da Assembleia de Políticas, Administração e Finanças (APAF) com o objetivo de estimular a categoria a refletir sobre o racismo, políticas públicas e direitos humanos. O evento acontece em 14 de novembro no CRP SP, terá transmissão online e contará com a presença de representantes das populações negra, cigana, quilombola e indígena. A mesa também debaterá sobre os desafios e perspectivas da Psicologia, reforçando a Resolução 18/2002.



COREP

CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

*O (im)pertinente compromisso social da Psicologia
na resistência ao Estado de exceção e nas redes de
relações políticas, econômicas, sociais e culturais*

SÃO PAULO
05, 06 E 07 DE ABRIL DE 2019

*01 de setembro a 16 de fevereiro de 2019
Eventos preparatórios*

*02 de janeiro a 10 de março de 2019
Pré-congressos e Eleição de Delegadas para
o COREP da 6ª Região – 10º COREP*

*30 de maio a 02 de junho de 2019
Etapa nacional do 10º CNP*